



BOLETIM DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Novembro 2016

Apresentação.

O Boletim de Administração Pública Municipal é uma publicação da Fiorilli Soc. Civil Ltda.-Software. Destinado à Administração Municipal é uma publicação informativa que abrange as normas de direito público e dá orientação quanto aos procedimentos a serem observados em diversos ramos de atividades relacionadas a gestão dos negócios públicos municipais.

Artigos desta edição.

Volume II - Normas de Direito Público

03 - Leis Complementares

03 - Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 (*Matéria de Substituição*).

Volume III - Doutrina

01 - Direito Municipal

167 - Aplicação de Multa pelos Tribunais de Contas (*Vicente Augusto Baiocchi*).

02 - Artigos

305 - Contas do Executivo Municipal. O Julgamento é Realizado pelo Poder Legislativo. (*Gina Copola*).

306 - Licitação: Três Orçamentos são Sempre Exigíveis e sempre Viáveis? Pesquisa de Preço é Apenas Isso?. (*Ivan Barbosa Rigolin*).

Volume IV - Práticas de Contabilidade

01 - Orientação Técnica

357 - AFO 49 - Programação/Execução Financeira do Tesouro. Aspectos Gerais. (*Paulo Henrique Freijó*).

358 - ECOASP 12 - Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público. ECOASP. A Contabilidade Orçamentária na Estrutura do PCASP. (*Paulo Henrique Freijó*).

359 - Série Previdência 17 - Reforma da Previdência. Cobertura Previdenciária: um problema para a juventude. A Cobertura Previdenciária Expandida ou Total (direta + indireta)? (*Paulo Tafner, Carolina Botelho e Rafael Erbisti*).

360 - Série Previdência 18 - Reforma da Previdência. Previdência do Setor Público e INSS: a fotografia e o filme. Reformas da Previdência: Era FHC. (*Paulo Tafner, Carolina Botelho e Rafael Erbisti*).

361 - Falácias da Dívida Pública, Análise Tendenciosa do Gráfico de Pizza. (*Paulo Henrique Feijó*)

02 - Legislação Aplicada

212 - O Controle Interno das Obras e Serviços de Engenharia (*Flavio Correa de Toledo Junior*).

213 - Pregão Eletrônico. Artigo 2º. §2º (*Sidney Bittencour*).

214 - Série de Estudos: Custos Aplicados ao Setor Público. Teoria e Prática (Texto 05). Caso Prático - Apurando Custos de Ação. (*Francisco Glauber Lima Mota*).

Volume VII - Softwares

03 - SIP - Pessoal

15 - Guia para o Cálculo do 13º Salário no SIP (*Matéria de Substituição*).



Especiais:

Observação: A substituição de matérias tem como objetivo a atualização do assunto tratado na mesma matéria anterior ou a substituição do assunto tratado na matéria anterior que tornou-se obsoleto.

Distribuição.

As matérias dos volumes I a VI são remetidas exclusivamente aos assinantes do Boletim, enquanto que as matérias do volume VII (manuais e orientações de suporte), destinam-se apenas aos clientes de softwares da Fiorilli S/C Ltda.-Software. Informações e assinaturas do Boletim podem ser obtidas pelo telefone 0xx17 3264 9000. Fiorilli Soc. Civil Ltda.-Software



Notas e Informações

Eventos 2016 - Fiorilli Software

Fiorilli Software - Programação de Treinamentos 2016:

Eventos com a duração de 6 horas e 30 minutos. Os cursos são destinados a representantes, parceiros, clientes, usuários de sistemas e demais convidados até o máximo de 200 participantes por evento. Necessária a reserva ou inscrição prévia para participação.

Hotel Nacional - Rua Prof. Carlos Ibanhez, 35.

Proximo ao Viaduto da Rod Washington Luiz, sobre a Av. Murchid Homsí, em São Jose do Rio Preto-SP

Inscrições: Telefone (17) 3264-9000

Horario: Das 09:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:00

Participantes por evento: Máximo 200 pessoas.

Palestrantes: Flavio Correa de Toledo Jr, João Paulo Silvério, José Pedro Teixeira da Rocha, equipe técnica, além de convidados especiais.

Eventos programados:

02 de Dezembro. . Encerramento de Exercício e Transmissão de Cargo.

Comunicado - Fiorilli Software

COMUNICADO GP Nº 26/2016 AUDESP – Fase III – Atos de Pessoal – Remuneração

O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, COMUNICA aos órgãos jurisdicionados das áreas estadual e municipal que o Tribunal está finalizando o desenvolvimento do módulo “**Remuneração de Agentes Públicos**” da Fase III – Atos de Pessoal do Sistema AUDESP - Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos.

Esse novo módulo da auditoria eletrônica captará informações sobre pagamentos efetuados a qualquer título aos Agentes Públicos e que, com o concurso de recursos tecnológicos, buscarão proporcionar maior agilidade, eficiência e eficácia nas ações fiscalizatórias destinadas à verificação da legalidade dos atos de pessoal.

Para a implantação deste módulo, os órgãos jurisdicionados deverão encaminhar ao Tribunal, no período de 01/11 a 15/11/2016, a sua tabela de verbas remuneratórias e de descontos, bem como o cadastro de aposentados e pensionistas, em conformidade com os leiautes disponibilizados em nossa página eletrônica na Internet no endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/audesp/documentacao>

Tipo de Documento: “Leiautes”

Título: Fase III do Sistema AUDESP – Atos de Pessoal – Remuneração – XSDs

O cadastro de aposentados e pensionistas deverá refletir a posição em 01/11/2016.

No período de 16/11 a 30/11/2016, será realizado, em caráter facultativo, um piloto de testes da Fase III – módulo “Remuneração” do Sistema AUDESP, com a finalidade de oferecer aos órgãos jurisdicionados estaduais e municipais a oportunidade de efetuarem a remessa eletrônica dos dados de Remuneração utilizando a versão final do Sistema.

Para participar deste piloto, os gestores responsáveis pelo gerenciamento do perfil de acesso dos usuários dos seus respectivos órgãos deverão efetuar o cadastramento dos servidores que terão acesso ao AUDESP Fase – III – Módulo Remuneração, no Sistema de Delegação de Responsabilidade.



Nos casos de órgãos cujas informações sobre folha de pagamento estejam sob o controle de um órgão centralizador, este será o responsável pela remessa de dados ao Sistema. Nesta situação caberá também ao órgão centralizador informar, previamente, no período de 01/11 a 15/11/2016, quais são os órgãos a ele vinculados. Para tanto, deverá preencher a planilha disponível na seção Comunicados do Portal de Serviços AUDESP(<http://www4.tce.sp.gov.br/audesp/comunicados>) e enviá-la por meio do canal “Fale Conosco” do Sistema AUDESP, disponível na página <http://www4.tce.sp.gov.br/audesp/>, indicando o assunto “Planilha – Fase III – Módulo Remuneração de Agentes Públicos”.

Concluído o período de testes, a partir do dia 10/12/2016 a remessa eletrônica das informações do módulo “**Remuneração de Agentes Públicos**” da Fase III do Sistema AUDESP passa a ter caráter compulsório, com observância dos seguintes prazos:

Documento	Prazo	Periodicidade
Verbas Remuneratórias (Cadastro)	Até o dia 10 do mês seguinte ao da	Eventual
Folha Ordinária	Até o dia 15 do mês seguinte ao da	Mensal
Resumo da Folha	Até o dia 15 do mês seguinte ao da	Mensal
Folha Ordinária - Pagamento	Até o dia 20 do mês seguinte ao da	Mensal
Folha Suplementar - Pagamento	Até o dia 20 do mês seguinte ao seu	Eventual

A primeira prestação a ser encaminhada será a de competência novembro/2016.

As remessas de informações deverão ocorrer necessariamente na ordem prevista neste Comunicado.

Dúvidas e esclarecimentos sobre o módulo “Remuneração” da Fase III – Atos de Pessoal do Sistema AUDESP deverão ser encaminhados pelo canal “Fale Conosco”, disponível na página <http://www4.tce.sp.gov.br/audesp/>.

Publique-se.

G.P., em 17 de outubro de 2016

DIMAS EDUARDO RAMALHO
PRESIDENTE

COMUNICADO GP Nº 29/2016

Ciclo de Debates – Prefeitos eleitos O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, no uso de suas atribuições, COMUNICA que o Tribunal promoverá encontros com as(os) Prefeitas(os) eleitas(os) para o mandato 2017/2020, abordando temas relevantes para o início da gestão municipal, concernentes a Planejamento, Controle Interno e Transparência, nos correspondentes locais, datas e horários:

LOCAL	DATA	HORÁRIO	JURISDICIONADOS
Anfiteatro da Reitoria da Universidade de Marília – UNIMAR – Avenida Higyno Muzzy Filho, – Marília – SP	10-112016	14h00	UR-1, UR-2, UR-4, UR-5, UR-15 e UR18
Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Sede - Auditório “Prof. José Luiz de Anhaia Mello”– Av. Rangel Pestana, 315, Anexo I – São Paulo - Centro	17-112016	14h00	Sede, UR-3, UR-7, UR-9, UR-12, UR14, UR-16 e UR-20
CEAR – Centro Internacional de Convenção de Araraquara “Dr. Nelson Barbieri” – Rua Ivo Antonio Magnani, 430 – Araraquara – SP	25-112016	14h00	UR-6, UR-8, UR-10, UR-11, UR-13, UR- e UR-19



Municípios que compõem a Sede e as respectivas Unidades Regionais:

UR-1 ARAÇATUBA	ALTO ALEGRE, AVANHANDAVA, BARBOSA, BENTO DE ABREU, BILAC, BIRIGUI, BRAÚNA, BREJO ALEGRE, BURITAMA, CLEMENTINA, COROADOS, FLOREAL, GABRIEL MONTEIRO, GASTÃO VIDIGAL, GENERAL SALGADO, GLICÉRIO, GUAÍÇARA, GUARARAPES, LINS, LOURDES, LUIZIÂNIA, MAGDA, MONÇÕES, NHANDEARA, NOVA CASTILHO, NOVA LUZITÂNIA, PENÁPOLIS, PIACATÚ, PLANALTO, PROMISSÃO, RUBIÁCEA, SABINO, SANTO ANTÔNIO DO ARACANGUÁ, SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ, TURIÚBA, VALPARAÍSO E ZACARIAS.
UR-2 BAURU	ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA, AGUDOS, ARANDU, AREALVA, AREIÓPOLIS, AVAÍ, AVARÉ, BALBINOS, BARIRI, BARRA BONITA, BORACÉIA, BOREBI, BOTUCATU, BROTAS, CABRÁLIA PAULISTA, CERQUEIRA CÉSAR, DOIS CÓRREGOS, DUARTINA, ESPÍRITO SANTO DO TURVO, IACANGA, IARAS, IGARAÇU DO TIETÊ, ITAJU, ITAPUÍ, JAÚ, LENÇÓIS PAULISTA, LUCIANÓPOLIS, MÃCATUBA, MANDURI, MINEIROS DO TIETÊ, ÓLEO, PAULISTÂNIA, PEDERNEIRAS, PIRAJUÍ, PIRATININGA, PRATÂNIA, PRESIDENTE ALVES, REGINÓPOLIS, SÃO MANUEL, TORRINHA E UBIRAJARA.
UR-3 CAMPINAS	AMERICANA, ATIBAIA, BRAGANÇA PAULISTA, CAMPO LIMPO PAULISTA, CAPIVARI, ELIAS FAUSTO, HORTOLÂNDIA, INDAIATUBA, ITATIBA, ITUPEVA, JAGUARIÚNA, JARINU, JUNDIAÍ, LOUVEIRA, MOMBUCA, MONTE MOR, MORUNGABA, NOVA ODESSA, PAULÍNIA, PEDRA BELA, PEDREIRA, PINHALZINHO, SANTA BÁRBARA D'OESTE, SUMARÉ, TUIUTI, VALINHOS, VARGEM, VÁRZEA PAULISTA E VINHEDO.
UR-4 MARÍLIA	ÁLVARO DE CARVALHO, ALVINLÂNDIA, ASSIS, BERNARDINO DE CAMPOS, BORÁ, CAFELÂNDIA, CAMPOS NOVOS PAULISTA, CÂNDIDO MOTA, CANITAR, CHAVANTES, ECHAPORÃ, FERNÃO, FLORÍNEA, GÁLIA, GARÇA, GETULINA, GUAIMBÊ, GUARANTÃ, IBIRAREMA, IPAUSSU, JÚLIO MESQUITA, LÚPERCIO, LUTÉCIA, OCAUÇU, ORIENTE, OSCAR BRESSANE, OURINHOS, PALMITAL, PARAGUAÇU PAULISTA, PLATINA, POMPÉIA, PONGAÍ, QUINTANA, RIBEIRÃO DO SUL, SALTO GRANDE, SANTA CRUZ
UR-14 GUARATINGUETÁ	APARECIDA, ARAPEÍ, AREIAS, BANANAL, CACHOEIRA PAULISTA, CAMPOS DO JORDÃO, CANAS, CRUZEIRO, CUNHA, LAGOINHA, LAVRINHAS, LORENA, PINDAMONHANGABA, PIQUETE, POTIM, QUELUZ, ROSEIRA, SANTO ANTONIO DO PINHAL, SÃO JOSÉ DO BARREIRO, SÃO LUIZ DO PARAITINGA, SILVEIRAS, TREMEMBÉ E UBATUBA.
UR-15 ANDRADINA	AURIFLAMA, CASTILHO, GUARAÇÁI, GUZOLÂNDIA, ILHA SOLTEIRA, ITAPURA, LAVÍNIA, MIRANDÓPOLIS, MONTE CASTELO, MURUTINGA DO SUL, NOVA GUATAPORANGA, NOVA INDEPENDÊNCIA, PANORAMA, PAULICÉIA, PEREIRA BARRETO, SANTA MERCEDES, SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO, SUD MENUCCI, SUZANÁPOLIS E TUPI PAULISTA.
UR-16 ITAPEVA	ANGATUBA, APIAÍ, BARÃO DE ANTONINA, BARRA DO CHAPÉU, BOM SUCESSO DE ITARARÉ, BURI, CAMPINA DO MONTE ALEGRE, CAPÃO BONITO, CORONEL MACEDO, FARTURA, GUAPIARA, ITABERÁ, ITAÍ, ITAOCA, ITAPIRAPUÃ PAULISTA, ITAPORANGA, ITARARÉ, NOVA CAMPINA, PARANAPANEMA, PIRAJU, RIBEIRA, RIBEIRÃO BRANCO, RIBEIRÃO GRANDE, RIVERSUL, SARUTAIÁ, TAGUAÍ, TAQUARITUBA, TAQUARIVAÍ, TEJUPA E TIMBURI.
UR-17 ITUVERAVA	ARAMINA, BURITIZAL, CRISTAIS PAULISTA, FRANCA, GUAÍRA, GUARÁ, IGARAPAVA, IPUÃ, ITIRAPUÃ, JERIQUEARA, MIGUELÓPOLIS, NUPORANGA, ORLÂNDIA, PATROCÍNIO PAULISTA, PEDREGULHO, PITANGUEIRAS, RESTINGA, RIBEIRÃO CORRENTE, RIFAINA, SALES OLIVEIRA, SÃO JOAQUIM DA BARRA E SÃO JOSÉ DA BELA VISTA.
UR-18 ADAMANTINA	ARCO ÍRIS, BASTOS, DRACENA, FLORA RICA, FLÓRIDA PAULISTA, HERCULÂNDIA, IACRI, INÚBIA PAULISTA, IRAPURU, JUNQUEIRÓPOLIS, LUCÉLIA, MARIÁPOLIS, OSVALDO CRUZ, OURO VERDE, PACAEMBU, PARAPUÃ, PRACINHA, QUEIROZ, RINÓPOLIS, SAGRES, SALMOURÃO E TUPÃ.
UR-19 MOGI GUAÇU	AGUAÍ, ÁGUAS DA PRATA, ÁGUAS DE LINDÓIA, AMPARO, ARTUR NOGUEIRA, CACONDE, COSMÓPOLIS, DIVINOLÂNDIA, ENGENHEIRO COELHO, ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, ESTIVA GERBI, HOLAMBRA, ITAPIRA, ITOBI, LINDÓIA, MOGI MIRIM, MONTE ALEGRE DO SUL, SANTO ANTÔNIO DE POSSE, SANTO ANTÔNIO DO JARDIM, SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA, SERRA NEGRA, SOCORRO, TAPIRATIBA E VARGEM GRANDE DO SUL.
UR-20 SANTOS	BERTIOGA, CUBATÃO, GUARUJÁ, ITANHAÉM, MONGAGUÁ, PERUÍBE, PRAIA GRANDE, RIBEIRÃO PIRES, RIO GRANDE DA SERRA E SÃO VICENTE.
SEDE	ARUJÁ, BARUERI, CAIEIRAS, CAJAMAR, CARAPICUÍBA, COTIA, DIADEMA, EMBU DAS ARTES, EMBU-GUAÇU, FERRAZ DE VASCONCELOS, FRANCISCO MORATO, FRANCO DA ROCHA, GUARULHOS, ITAPECERICA DA SERRA, ITAPEVI, ITAQUAQUECETUBA, JANDIRA, JUQUITIBA, MAIRIPORÃ, MAUÁ, OSASCO, PIRAPORA DO BOM JESUS, POÁ, SANTANA DE PARNAÍBA, SANTO ANDRÉ, SÃO BERNARDO DO CAMPO, SÃO CAETANO DO SUL, SÃO LOURENÇO DA SERRA, SUZANO, TABOÃO DA SERRA E VARGEM GRANDE PAULISTA.



Livros Recomendados:

Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Simples e Objetiva

Autor: **João Eudes Bezerra Filho**

São Paulo – Ed. Atlas 2015

A contabilidade pública brasileira passa por um momento de renovação estrutural efetiva e de indispensáveis atualizações daí decorrentes. O foco no patrimônio público, a transparência das informações como indutor dos controles e a necessidade de convergência com as normas internacionais do International Federation of Accountants (IFAC)

Obra recomendada para profissionais da área pública que lidam com a contabilidade pública, para servidores públicos que atuam nos órgãos de controles internos e externos (Tribunais de Contas), bem como para candidatos de concursos públicos que exigem a matéria de contabilidade pública.

O processo de mudança iniciado com a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público pelo Conselho Federal de Contabilidade é analisado no Livro da seguinte forma em seus capítulos: A nova contabilidade aplicada ao setor público/O patrimônio público/Plano de contas aplicado ao setor público (PCASP)/ Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP)

Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Aspectos Patrimoniais: Identificação, Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação

Autor: **Francisco Glauber Lima Mota**

Brasília - 2015 - Editora Gestão Pública - <http://www.gestaopublica.com.br>

A ideia da produção deste livro foi pautada pela certeza de que estudantes e profissionais que atuam na contabilidade do setor público necessitam dominar conhecimentos que vão além dos conceitos, técnicas e práticas da contabilidade orçamentária, cuja doutrina se encontra nos livros tradicionais de contabilidade pública.

O conjunto de técnicas de reconhecimento, mensuração e evidenciação de itens patrimoniais, que pode ser traduzido como contabilidade patrimonial, se mostra fundamental para o controle do patrimônio das entidades públicas.

Observação: O conteúdo deste livro foi escrito especialmente para este “Boletim de Administração Pública Municipal” e publicado em artigos desde janeiro de 2014.

Gestão Patrimonial

Autor: **Gerson dos Santos**

Florianópolis - 2012 - Secco - <http://www.gersondossantos.com.br/livros/gestao-patrimonial>

Em 1997, quando foi decidido escrever pela primeira vez sobre Administração Patrimonial, não imaginaram que em dez anos a atividade patrimonial fosse apresentar uma significativa evolução. O grande número de eventos, cursos específicos, seminários e congressos têm comprovado esse crescimento e contribuído cada vez mais para a profissionalização da área.

Em 2010 foi apresentada aquela que seria uma terceira edição, revisada e atualizada, contendo os assuntos citados anteriormente, incluindo também modelo de um “Manual de Procedimentos Patrimoniais”, para servir de base aos leitores na adequação do mesmo à realidade das suas Instituições. Também foram tecidos comentários acerca das novas orientações sobre os procedimentos ligados às amortizações (depreciação, amortização e exaustão) dos valores contábeis dos bens dos órgãos da Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações, que até então não os praticavam.

Nossa expectativa é que essa nova edição, ampliada e atualizada, possa continuar atendendo aos anseios dos profissionais da área de patrimônio, daqueles que exercem atividades direta ou indiretamente ligadas à gestão patrimonial, professores, estudantes, e de todos aqueles que se interessarem em conhecer as peculiaridades desse vasto universo representado pelos nossos bens

Publicações da Editora Gestão Publica

Autor/Organizador das Séries: **Paulo Henrique Feijó**

Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público



Esta obra se encontra estruturada em três partes: Resumos, Slides e Questões discursivas. Cada uma das partes estão separadas em 8 capítulos que guardam correlação com o Livro Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público (EMCASP), seguindo a mesma sequência dos capítulos do livro.

Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)

Esta obra se encontra estruturada em 12 capítulos que guardam correlação com o Livro Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, mas não necessariamente com a mesma sequência dos capítulos do livro. O Caderno de Slides foi elaborado também para servir de guia do curso e nesse sentido, algumas informações que constam dos slides ajudam professores e alunos a acompanhar o assunto tratado no livro.

Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público. Teoria e Prática de Controle de Aprovação e Execução do Orçamento com Base no PCASP

Esta obra se encontra estruturada em 16 capítulos. Nos três primeiros são abordadas as premissas conceituais relacionadas ao orçamento público, as diferenças e semelhanças entre o tratamento contábil dos atos e fatos orçamentários e patrimoniais e a escrituração contábil dos fenômenos orçamentários, de acordo com a nova estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). No capítulo 4 é detalhada a estrutura administrativa do ente fictício adotado como modelo para demonstração dos atos e fatos que serão objeto de contabilização nos demais capítulos, bem como as informações essenciais ao entendimento de tais registros. Nos capítulos seguintes são tratados os procedimentos específicos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária da receita e da despesa e suas diversas variáveis, evidenciando os registros contábeis apropriados nas naturezas de informação patrimonial, orçamentária e típica de controle, ou em apenas alguns deles, quando for o caso. Após cada contabilização, são comentados os principais aspectos da escrituração realizada. Ao término de cada capítulo, é apresentado o balancete de verificação para evidenciar a situação das contas contábeis com os lançamentos acumulados até o capítulo de referência. Para fixação do entendimento, quase todos os capítulos contam ainda com uma bateria de exercícios (a única exceção é o capítulo 4), cujos gabaritos encontram-se no final do livro.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Aspectos Patrimoniais

A ideia da produção deste livro foi pautada pela certeza de que estudantes e profissionais que atuam na contabilidade do setor público necessitam dominar conhecimentos que vão além dos conceitos, técnicas e práticas da contabilidade orçamentária, cuja doutrina se encontra nos livros tradicionais de contabilidade pública. O conjunto de técnicas de reconhecimento, mensuração e evidenciar de itens patrimoniais, que pode ser traduzido como contabilidade patrimonial, se mostra fundamental para o controle do patrimônio das entidades públicas.

Gestão de Finanças Públicas 3ª edição - Volume 1

Este volume se encontra estruturado em três partes. Nas duas primeiras, abordamos as etapas do ciclo de gestão dos recursos públicos, que se aplicam uniformemente à União, aos Estados e aos Municípios, destacando na primeira os instrumentos de planejamento e, na segunda, os mecanismos de execução. Na terceira parte trazemos a experiência do Governo Federal quanto aos principais temas relacionados com Administração Financeira e Orçamentária.

Entendendo Resultados Fiscais

Este livro inicia com uma pequena introdução sobre o tema a partir do paralelo feito com as finanças pessoais. Tal paralelo tem o intuito de mostrar que, não obstante o caráter técnico intrínseco aos conceitos de resultados fiscais, na essência a metodologia aplicada ao setor público para avaliar a sustentabilidade da política fiscal pode facilmente ser transposta para avaliar a situação financeira de uma família. Num olhar mais amplo dos 10 capítulos, pode-se dividir o livro em duas partes. A primeira, formada pelos quatro primeiros capítulos, trata de teoria geral de resultados fiscais numa linha de conceitos universais, isto é, valem para qualquer entidade, município, estado ou país que queira utilizar os conceitos de resultado primário e nominal para o controle da dívida bruta ou dívida líquida.

Curso de Siafi 2ª Edição - Volume II - Uma Abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeiro



Este livro está estruturado de forma que o leitor entenda as etapas da rotina de suprimento de fundos em todos os sistemas os quais o gestor é obrigado a interagir. Seus capítulos trazem os conceitos básicos, as regras da execução orçamentária e financeira, a prestação de contas, os aspectos diferenciais de movimentação por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) e por meio de conta bancária, entre outros tópicos.

Curso de Siafi 3ª Edição - Volume I - Uma Abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeira

Este livro foi concebido de forma a permitir que o leitor passe por todas as etapas da execução orçamentária e financeira. Nesse sentido, está estruturado em capítulos que vão desde os procedimentos técnicos e operacionais de acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) até o estudo das principais transações de consultas da execução orçamentária.

Reforma da Previdência - A Visita da Velha Senhora

A partir da segunda metade da década de 1980, vários mecanismos institucionais foram criados no Brasil mudando fundamentalmente a maneira de conduzir a gestão financeira e orçamentária do Estado. A criação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o fim da "conta movimento" do Banco do Brasil no Banco Central – um instrumento que permitia ao Banco do Brasil retirar livremente fundos no Banco Central para emprestar a setores prioritários, como agricultura e exportações, bem como para financiar déficits governamentais – e a criação da Secretaria do Tesouro Nacional foram medidas decisivas para dar ordem à gestão orçamentária e financeira. Em última instância, o objetivo dessas iniciativas era dotar o país de instrumentos mais sólidos e responsáveis de gestão fiscal. Anos mais tarde, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) complementou esse processo. A LRF representou um marco no processo de institucionalização de práticas orçamentárias responsáveis, consolidando normas processuais e apontando para a redução do grau de discricionariedade das políticas orçamentais e fiscais, o que acabava por definir um quadro institucional de condução da política fiscal a ser seguido por todos os níveis de governo. Foi um longo processo no estabelecimento de disciplina fiscal, impondo ao Estado limitações à criação de gastos não suportados pela receita e estabelecendo compromissos com níveis de dívidas sustentáveis.

Entendendo Licitações e Contratos Administrativos

Na vida cotidiana compramos por necessidade ou por mera vontade. No setor público é diferente, pois o governo, por meio dos tributos, arrecada dinheiro de cada um de nós e quando contrata o faz com esses recursos. Dessa forma, tais contratações precisam ser justificadas: razões de contratar, procedimentos de contratações, etc.

Manual de Controle Patrimonial nas Entidades Públicas

O esquecido controle patrimonial nas entidades públicas agora ganha uma nova roupagem, a partir da adoção, no Brasil, dos padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público. Significa dizer que, de coadjuvante, esse setor passa a personagem principal na gestão pública. Agora, a adequação é necessária e urgente, haja vista os exíguos prazos estipulados pela Secretaria do Tesouro Nacional para que o Brasil passe a falar uma mesma linguagem patrimonial. O autor do livro é autoridade no assunto. A partir da realização de consultorias, seminários, treinamentos e publicações, ele tem se destacado com um dos grandes conhecedores da matéria em nível nacional, aliando didática a conhecimento e aplicação prática para o dia-a-dia do servidor público.

Auditoria Governamental: em breves reflexões

Esta obra é um livro de bolso. Escritos de forma clara e objetiva, os capítulos versam sobre o conceito da auditoria governamental e sua forma integrada de realização. Destaque especial é dado à auditoria operacional, ao controle interno municipal, assim como as normas de auditoria governamental. Por fim, é ressaltada a necessidade da auditoria na Administração Pública para o combate à corrupção.

Contabilidade Forense. Princípios e Fundamentos

Um Contador especializado em Contabilidade Forense é um profissional que exerce a função de assessorar, no âmbito interno, uma Entidade sobre questões que envolvam investigações relacionadas com relatórios financeiros, contabilidade e controles internos. O entendimento sobre o campo de atuação do profissional especializado em Contabilidade forense e de que forma o seu papel difere de outras funções de contabilidade e auditoria é de fundamental importância.



A Lei 4.320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal 35ª edição

Nesta obra, seus autores, especialmente o Professor Heraldo da Costa Reis, responsável pela atualização do livro há vários anos, interpretam o diploma legal de modo acessível e confiável, e nas edições recentes incorporam o que está contido e possui relações com as normas orçamentárias e contábeis na Lei Complementar Nº 101/2000 e nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, as NBCASPS.

Pregão Eletrônico

Neste livro, o Professor Sidney Bittencourt esmiúça todos os dispositivos dessa ferramenta regulamentar — trabalho pioneiro no mercado editorial jurídico quando de sua 1ª edição —, sempre considerando as regras determinadas pela Lei nº 10.520/2002.

Para mais informações acesse: Editora Gestão Pública - <http://www.gestaopublica.com.br>



Agenda Profissional

Novembro 2016

01 Ter

02 Qua (Finados)

03 Qui

04 Sex

05 Sab ➔ 04 Pagam vencim servidores ➔ 08 Disponib na Internet Demonst Contratos e Aditivos

06 Dom

07 Seg ➔ 02 Recolhimento do FGTS ➔ 24 Encaminhar GFIP ➔ 70 Remeter informações ao CAGED ➔ 50 Remeter ao TCE (Sistema Audeps) cópia atas de audiências públicas (avaliação metas) ➔ 73 Remeter ao Audeps Relatório de investimentos do RPPS(dados cadastrais) ➔ 28 Audiências Públicas quadrimestrais (Saúde)

08 Ter

09 Qua

10 Qui ➔ 07 Transf. 25% receitas vincul. para órgão educação ➔ 76 Remeter informações ao SISOBRAPREF ➔ 73 Remeter ao Audeps Relatório de investimentos do RPPS(movimentação) ➔ 66 remeter ao TCE (Sistema Audeps) informações da conciliação Bancária referente período anterior ➔ 72 Atualizar no TCE (AUDESP) o cadastro geral de entidades e pessoas

11 Sex

12 Sab

13 Dom

14 Seg

15 Ter (Proclamação da República) ➔ 26 Remessa de Balancetes da Câmara para a Prefeitura ➔ 03 Recolhim. PASEP mês anterior ➔ 48 Encam. ao TCE copias contratos e atos jurídicos análogos ➔ 51 Comunicar ao TCE sanções e reabilit de fornecedores ➔ 49 Remeter ao TCE cópia dos contratos de gestão, e de parcerias ➔ 63 Remeter ao TCE cópia convênios

16 Qua

17 Qui

18 Sex

19 Sab

20 Dom ➔ 01 Recolhim. previd. Social ➔ 07 Transf. 25% receitas vincul. para órgão educação ➔ 27 Remeter à câmara balancetes da Receita e Despesa ➔ 05 Remeter ao legislativo recursos financeiros

21 Seg

22 Ter

23 Qua

24 Qui

25 Sex

26 Sab

27 Dom

28 Seg ➔ 65 remeter ao TCE (Sistema Audeps) alteração cadastro contábil- isolados e conjunto-quando couber

29 Ter

30 Qua ➔ 07 Transf. 25% receitas vincul. para órgão educação ➔ 15 Publicar demonstr mensal rec orig tribut. ➔ 17 Publicar Relatório Resumido da Execução Orçamentária (LC101) ➔ 09 Disponibiliz na Internet Demonstr Tributos Arrecadados ➔ 10 Disponibiliz na Internet Demonstr Compras ➔ 20 Remeter ao siconfi informações rreo ➔ 22 Remeter à MPS demonstr previdenciários ➔ 45 Remeter ao TCE (Sistema Audeps) Movimentos Contábeis (Prefeituras) ➔ 56 Remeter ao TCE (Sistema Audeps) Movimentos Contábeis (Câmaras e demais entidades da Administração Indireta)

Dezembro 2016

01 Qui

02 Sex

03 Sab

04 Dom

05 Seg ➔ 04 Pagam vencim servidores ➔ 08 Disponib na Internet Demonst Contratos e Aditivos ➔ 43 Remeter ao TCE (Sistema Audeps) dados de publicação e divulgação do RREO (LC101) ➔ 73 Remeter ao Audeps Relatório de investimentos do RPPS(cadastro)

06 Ter

07 Qua ➔ 02 Recolhimento do FGTS ➔ 24 Encaminhar GFIP ➔ 70 Remeter informações ao CAGED

08 Qui

09 Sex

10 Sab ➔ 07 Transf. 25% receitas vincul. para órgão educação ➔ 76 Remeter informações ao SISOBRAPREF ➔ 06 Quitar operaç crédito por antecip receita orçament. ➔ 66 remeter ao TCE (Sistema Audeps) informações da conciliação Bancária referente período anterior